

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coarante Alvares, 53, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Monts
Oliveiros S. Ferreira

Pacto: uma suspeita recusa de Sarney

Em meio à turbulência causada pelos demagogos e pelos eternos radicais, que tudo têm feito para transformar o Congresso-Constituinte e a recessão econômica em instrumentos de seus objetivos políticos inconfessáveis, as lideranças empresariais mais expressivas do País acabam de dar uma inequívoca demonstração de boa vontade e espírito público. Não é outro o sentido da decisão dos homens de empresa de propor ao presidente da República e a alguns dirigentes políticos um período de trégua, durante o qual o setor privado se comprometeria a manter os lucros em níveis extremamente baixos, suficientes apenas para garantir a sobrevivência das empresas.

Reconhecendo a gravidade da situação financeira do País e os perigos da atual recessão, os empresários disseram ao presidente da República que este é um dos piores momentos da crise econômica, agravada pelo "interminável emaranhado de impropriedades, redundâncias e absurdos" contidos nos textos até agora apresentados pelo Congresso-Constituinte. Por esse motivo, a classe empresarial resolveu mobilizar-se para fazer a sua parte de sacrifício, convencida de que o Brasil havia chegado a um grau perigoso de ingovernabilidade nos dias que antecederam o novo programa de estabilização econômica, conhecido como Plano Bresser.

Embora esse plano contrarie alguns princípios básicos da economia de mercado, as lideranças da agricultura, indústria e serviços estão dispostas a apoiá-lo. Exigem, contudo, maior transparência na área do déficit público e sugerem a formação de um comitê de acompanhamento, que inclua a presença de representantes da classe empresarial e dos trabalhadores para controlar o processo de cortes e redução geral dos gastos.

Mas o presidente José Sarney, em mais uma reação pouco digna de um chefe de governo (em outras ocasiões chegou a acusar o presidente da Fiesp, Mário Amato, de adepto de Bakunin e a dizer que os empresários brasileiros não têm cultura), descartou totalmente a possibilidade de aceitar a proposta e considerou os empresários que a fizeram "muito engraçadinhos". Segundo fontes do Palácio do Planalto, o presidente não gostou da sugestão dos empresários por três motivos principais:

- 1) Não há como fiscalizar a cota de sacrifício a ser dada pelo empresário, na forma de redução dos lucros. E, se os lucros podem ser reduzidos, por que os empresários não fizeram isso até agora?
- 2) Não há como fazer com que todos os empresários do País cumpram o acordo de não demitir ninguém nas suas empresas por um período de seis meses.
- 3) Não há como aceitar que os empresários controlem o déficit público ou participem deste controle. Se o sistema de co-gestão é bom, ele deveria ser adotado primeiro nas empresas.

Esta reação do presidente Sarney confirma aquilo que já desconfiávamos e já registramos em outros editoriais: a disposição do Palácio do Planalto de promover cortes fundos nos gastos do governo existe apenas na aparência, para efeitos externos; não é verdadeira. De fato, o que irritou o presidente foi a proposta de formar uma comissão tripartite — governo, empresários e trabalhadores — para controlar o programa de redução do déficit público, prometido tantas vezes e nunca executado. As duas outras dificuldades que Sarney aponta são meras desculpas. Mesmo porque trabalhadores e empresários já estão dando mais uma cota de sacrifício desde a edição do Cruzado Novo. Esse plano completou ontem um mês de existência sem que os prometidos cortes nas despesas públicas tenham saído do papel.

Com razão está o empresário Paulo Vellinho, vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), quando diz que uma trégua entre empresários, trabalhadores e o governo é "conceitualmente válida e necessária, mas apenas factível entre empresários e empregados. O governo não é um parceiro confiável (grifo nosso) porque não há firmeza nas suas decisões. O governo está frágil e não tem a força necessária para cumprir o que propõe".

O receio do presidente da República é que uma comissão dessas o impeça de levar adiante os seus sonhos mais destrambelhados (lembremo-nos que coisas como a Ferrovia Norte-Sul e a Usimar foram apenas adladas e não canceladas) e dificultem suas "negociações" políticas para garantir-lhe o mandato de cinco anos.

Na verdade, o apelo de diversos setores empresariais para que o governo faça a sua parte é uma tentativa de garantir apoio ao Plano de Controle Macroeconômico, complemento necessário ao Cruzado Novo, que sem ele terá o mesmo triste destino do cruzado original. Apesar de já ter sido entregue ao presidente Sarney, o plano ainda não foi divulgado oficialmente, em virtude das notórias dificuldades que a equipe do ministro vem encontrando para atingir a meta de um déficit operacional da ordem de 3,5% do PIB.

Jamais escondemos nosso ceticismo em relação a todos os tipos de plano econômico, porque temos plena convicção de que o organismo econômico não pode ser inteiramente controlado. E para quem tiver alguma dúvida a respeito desse fato e ainda acreditar nas virtudes do intervencionismo, basta recordar a terrível experiência do Plano Cruzado, cujas conseqüências — a desorganização da nossa economia e a recessão — estão-nos custando tão caro. Por isso estamos dando um crédito, como os empresários, à tentativa do ministro Bresser Pereira de corrigir as loucuras sem sentido do ex-ministro Funaro e dos alunos do Curso de Madureza de d. Conceição, pois pelo menos podemos ter a certeza de que o ministro está seriamente empenhado em superar a crise criada por eles, restabelecer o relacionamento normal do País com a comunidade financeira internacional e eliminar todas as irracionalidades herdadas.

Se o ministro Bresser Pereira não conseguir diminuir o déficit, todo o programa de estabilização, que já está apresentando seus primeiros resultados positivos, ruirá. E aí, como já está advertindo o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, não teremos apenas recessão, mas uma cruel depressão, com taxas de desemprego superiores a 10%.

A recusa do presidente Sarney de, ao menos, discutir com os interessados a sugestão de pacto, lançada pelos empresários, nos mostra que ainda impera no Palácio do Planalto e nas rodinhas de política do PMDB e do PFL uma profunda irracionalidade política, que olha mais para os interesses menores de suas carreiras do que para o verdadeiro drama da nação brasileira. Caiu a máscara do Palácio do Planalto: mais uma vez a conta do sacrifício necessário para o controle da inflação será mandada para os cidadãos e as empresas privadas.

Já é hora de reagir. A sociedade brasileira deve dizer ao presidente da República e aos políticos que não

agüenta mais e quer que o governo tome um pouco de vergonha na cara. Deve exigir que o governo aceite a proposta de uma comissão para controlar os gastos públicos, como a que os empresários sugeriram. Não aceitando isso o governo estará admitindo que está mal-intencionado.